

## UMA IMAGEM DO SERTÃO DA BAHIA NO ROMANCE GADO HUMANO

Rogério França  
Mestrando UFPE.

*Mostrar como vivem certos punhados de homens, ou melhor, de criaturas espalhadas nos ermos de nossa vida rural.* Desta maneira no mínimo bastante precisa sinaliza Nestor Duarte, em nota introdutória, qual o propósito de sua obra, publicada em 1936 e a qual ele mesmo observa talvez não comportar os qualificativos que garantam a tal empresa o designativo de romance.

Com efeito, a observação de que tal ou qual obra literária aferrava-se à tarefa de descrever uma dada realidade é recurso até certo ponto comum em romances da década de 1930, como podemos observar, só para ficarmos com uma obra bastante conhecida, o caso de Jorge Amado em *Cacau*, onde o autor diz que usará o mínimo de literatura e o máximo de honestidade para contar a história dos trabalhadores no sul da Bahia. Tal disposição para retratar o *real* acabou por marcar a década de 1930 como o tempo do romance social, reforçando a tradição de divisão da literatura brasileira entre o romance popular social, vinculado a uma problemática do país e o romance psicológico, ocupado em tratar dos dilemas da vida interior do homem, dos problemas individuais. Esta divisão pouco ajuda no entendimento do percurso da literatura brasileira e, pode levar a alguns equívocos, como supor que este romance social tenha uma relação de correspondência com a realidade a que se reporta ou mesmo que o romance psicológico é produto de uma alienação, posto não tomar como referência suas supostas raízes. A questão que se põe, a nosso ver, é de pensar esse romance social e a relação entre literatura e sociedade na produção de 1930 do ponto de vista de que, esta literatura, participou de uma mudança de perspectiva na apreensão da configuração social do país naquele período, que foi justamente a emergência – ou o aprofundamento - da consciência de que o país é atrasado, como veremos adiante.

*Gado Humano* é a primeira experiência literária de Nestor Duarte que a altura de sua publicação era deputado estadual pela segunda oportunidade e integrava as fileiras de oposição ao governo de interventoria de Juracy Magalhães. A crítica quando da publicação da obra dividiu-se em ver no

romance uma obra *original, primeiro pela forma, segundo pela substância* ou, em vê-lo *como um documentário em raros momentos transfigurado pela ficção*. Original certamente não o era, nem pela forma nem pela substância, uma vez que obras buscando retratar as agruras do interior do país eram uma constante desde as últimas décadas do século XIX, e o que se vê é ainda a presença de elementos da tradição naturalista misturados a uma preocupação social mais aguda, que vai apontar para uma mudança fundamental de percepção acerca do país. Sem querer aprofundar o juízo em torno do valor estético da obra, o que se pretende sinalizar aqui é justamente que nesta se encontrar – com anterioridade do romance em relação a produções de outra natureza do autor – temas que vão orientar todo o seu pensamento e, que vão demonstrar sua visão da organização social brasileira, qual seja estes temas a problemática da terra, o caráter privado do poder político no país e a condição de massa populacional e não de povo dos brasileiros. Retornaremos a isto.

Como colocamos acima, a obra emerge dentro do chamado regionalismo de 1930, e, neste sentido, sua condição de documentário ou denuncia deve ser entendida do ponto de vista daquela mudança fundamental de percepção do país, que seria a tomada da consciência de subdesenvolvimento de que fala Antonio Candido. De acordo com este autor, retomando um argumento de Mario Vieira de Mello, até mais ou menos a década de 1930 grassava entre nós uma visão de que o Brasil era um país novo, ou seja, havia uma grandiosidade potencial que estaria por se realizar. O que se vai observar após trinta no país é, precisamente, a noção de que o Brasil é subdesenvolvido. Como coloca Antonio Candido, *conforme a primeira perspectiva salientava-se a pujança virtual, e, portanto, a grandeza ainda não realizada. Conforme a segunda, destaca-se a pobreza atual, a atrofia, o que falta, não o que sobra*. Passamos da consciência amena do atraso para uma consciência catastrófica do atraso. Abandonam-se as aspirações utópicas que projetavam o futuro do país a partir do seu presente e, mergulha-se neste mesmo presente esmiuçando-o, documentando-o, denunciando-o.

Este parece ser o espírito que irá animar a produção literária dos anos trinta e, ainda demonstrar certa anterioridade do romance nesta tomada de consciência em relação a outras formas de problematização da realidade, como faz questão

de frisar Antonio Candido. Poderíamos observar esta anterioridade também em Nestor Duarte, como sugerimos acima. *Gado Humano* seria então a obra do autor onde primeiro se verifica essa consciência de subdesenvolvimento. É um romance onde talvez apareça mais o reformador social – como costumava se apresentar – do que o ficcionista, mas pode também ser um documento de seu tempo, se pensarmos que o trabalho do historiador caracteriza-se pela mudança de natureza do material com o qual opera em sua representação do passado e, que no caso da literatura, implica observar tanto a dimensão de documento quanto de obra de arte.

O cenário no qual o romance desenrola-se é Santo Afonso, uma fazenda nos sertões da Bahia, e conta a saga dos trabalhadores que *realizam uma existência que é trágica pela falta de sentido e pela inexpressão mesma, correndo, embora, o perigo de todos os imprevistos sem saber o que são e para onde se orientam*, sentencia Nestor Duarte em sua nota introdutória. Analisando esta disposição espaço-temporal na qual transcorre a obra ou, justamente sua pouca precisão, o crítico David Salles vai sugerir que a experiência literária em *Gado Humano* é menos sobre a realidade a ser reformada do que sobre a *disputa entre a cosmovisão do intelectual e os meios de ação*. Seria acerca dos impasses entre o estabelecimento de uma ordem pública, da fundação do povo brasileiro que esbarra na tradição privada do poder político no país e no arcaísmo das relações no campo. Isto acabaria por dar uma dimensão mais ampla ao romance. *A realidade é rural, mas rural onde?* Pergunta-se Salles. A obra divide-se em duas partes: *No eito e no ermo*, onde o autor situa a paisagem da fazenda, os tipos que compõe o enredo, os hábitos; e *Invasão ou evasão?* onde narra tempos de agitação onde o sertão levanta-se contra as cidades.

Na primeira parte tem-se a impressão mesmo de um depoimento, uma narrativa em terceira pessoa entrecortada por pouquíssimos diálogos ou situações. Santo Afonso – localiza o narrador - *era bem uma ilha. Abria-se no mato, entre divisas incertas que se perdiam distantes. Dali a vila eram seis léguas*. Como fará em seu ensaio *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, Nestor Duarte aponta para a descontínua e problemática ocupação do solo brasileiro desde a colonização. Seguindo os passos de Sergio Buarque de Holanda o autor vai

colocar que o português, diferente do espanhol, procedeu a uma colonização que pelo seu caráter disperso acabou por formar núcleos habitacionais isolados, ilhas dentro do ermo como Santo Afonso. No capítulo *O senhor, meu amo* quando o administrador da fazenda vai proceder ao intermédio entre os agregados e Ângelo, o bacharel que retorna da capital para assumir a decadente herança que seu pai lhe legara, Pereira – o administrador - não faz uma apresentação, mas sim *conta o gado humano da fazenda*, reforça. Soma-se a este gado humano o poder de mando do patrão e a irregular ocupação do solo que não propicia uma aproximação com as cidades – lugar para o autor propício para o desenvolvimento do sentido da coisa pública – compondo o quadro de subdesenvolvimento político e social que se encontra o país.

Nestor Duarte encara o processo de organização da sociedade brasileira enquanto um desdobramento das características sociais e políticas do povo português. Para ele *é fora de duvida que a história do Brasil, com a interpretação conseqüente de sua organização social, deve começar antes do descobrimento*, observa em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Neste sentido, apontando o caráter privado da organização social e política portuguesa e observando seu desdobramento em terras brasileiras com a colonização, o autor vai concluir que nossa formação histórica é marcada por este privatismo e ausência do senso da coisa pública, tanto por conta da cultura política de herança portuguesa – o que teríamos seria uma massa populacional e não um povo no sentido político – quanto pela forma que se processou a ocupação das terras durante a colonização a partir de grandes propriedades rurais onde, para o autor, as relações que se estabeleceram nunca foram de outra ordem senão pessoais e privadas. São estes ecos do passado colonial que o autor visualizara ainda no Brasil do anos 1930. *Santo Afonso era uma ilha cercada do ermo. Vivia-se em paz e segurança. Ângelo não inventara nada, não criara aquelas leis. Seguias por tradição*, complementa o narrador.

É a força desta tradição que emperra o processo de modernização do país. Como em Nestor Duarte o sentido de modernização é eminentemente político, com noções como Estado, coletividade, público representando as formas avançadas de estruturação social, é precisamente a ausência do Estado, o

espírito individual, a falta de senso público que vão configurar o quadro de subdesenvolvimento apresentado no transcurso do romance, e que dão o sentido da organização social que persiste.

Estas oposições representam em outros termos ou em gradações diferentes a oposição litoral x sertão tão aludida já em estudos sobre a formação da sociedade brasileira. Tal antinomia vai orientar toda a segunda parte do romance *Invasão ou evasão?* Em tempos de certa inquietude quando da ocasião de uma campanha eleitoral uma das personagens sentencia: *o sertão também quer falar nesta questão*. No encontro tentava-se chegar a termos a respeito da cooperação dos proprietários rurais no sentido de garantir uma suposta candidatura popular. Waldir Freitas Oliveira, responsável pela reedição da obra em 1998 viu nesta passagem uma alusão aos episódios ocorridos na Bahia entre os anos de 1919 e 1920. Se a referência é pertinente ou não o que cabe é ver os termos desta oposição em Nestor Duarte. Para o autor os pontos em que se ancora a sociedade brasileira são justamente os pontos a serem superados. O projeto de nação deve incluir o sertão na medida em que este representa os traços da organização arcaica que tanto impossibilitam o desenvolvimento do país. Para ele *a vida política do Brasil, como sua força econômica veio do interior, diz em A ordem privada e a organização política nacional e prossegue, saindo de sua base para alcançar o resto do país pelo litoral mais político e independente dela, essa ordem, com o domínio político e apesar do exercício político, prolonga o seu espírito institucional na comunidade política*. Espírito este que não é outra coisa para o autor senão o espírito da coisa privada. Ainda sobre a campanha sertaneja frente às cidades, somos informados que aquela era a única força organizada que o sertão possuía em sua luta contra o governo e que *nenhuma excedia a outra em primitivismo*. Embora perpassasse em seu romance a oposição litoral x sertão o autor não vê neste segundo os elementos que apontariam o reduto de uma pureza nacional, o sertanejo antes de ser o tipo nacional é antes aquele que precisa ser convertido em povo, inserido numa lógica política da coisa pública para que deixe sua condição de massa populacional, de gado humano.

Analisando o pensamento de Nestor Duarte exposto na obra *A ordem privada e a organização política nacional* Luiz Guilherme Piva verá um pessimismo que

deságua em um determinismo privado, levado pelo impasse que se defronta o autor em sua perspectiva de *via criadora do Estado e a determinação da realidade ainda adversa a esta ordem*. Realidade que ao fim da campanha sertaneja impõe uma dúvida: *e o que iria acontecer agora?* deixando em aberto o já impreciso destino das personagens em seu retorno ao cotidiano de trabalho na fazenda.

O autor talvez tenha sentido a necessidade de deslizar da literatura para outras formas de representação da realidade para tentar entender e mesmo explicar o que ele chamou de *irredutibilidades do meio brasileiro*. Talvez buscasse forma que comportasse melhor suas reflexões sociológicas. Onde o reformador social sobressaísse. No entanto a questão é que o autor plasmou uma imagem do que ele entendia como sendo uma forma de organização social a qual deveria ser superada. Se a imprecisão temporal ou espacial é presente, é precisamente para dar uma dimensão geral do problema. Aqui a literatura se apresenta como representação do real e não como sua imitação. A literatura se constitui enquanto tal na medida em que problematiza o real na linguagem. Mas este real sobre o qual a literatura se debruça não um dado acabado, a própria representação literária, que mantém com o real uma relação contraditória, imprevisível, é componente desta realidade, construtora das percepções acerca dela. A literatura só é documento para o historiador na medida em que é este quem propõe os questionamentos e opera aquela mudança de natureza do material preservando ainda sua condição de arte. Em um texto bastante conhecido Roland Barthes faz algumas considerações sobre como entende a literatura. Para ele a relação da literatura com o real não pode ser índice de depreciação do fazer literário e afirma de forma precisa que *desde os tempos antigos até as tentativas da vanguarda, a literatura se afaina na representação de uma coisa. O quê? Direi brutalmente: o real*. Tarefa parecida com a da História, se seguem por caminhos diferentes, se encontram em um objetivo comum.